



ACÓRDÃO Nº731/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº10812/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Eirunepé.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Raimundo Nonato Cunha de Oliveira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2022/2022-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Eirunepé. Exercício de 2020.

Regularidade. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Eirunepé, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do Sr. **Raimundo Nonato Cunha de Oliveira**, Presidente da Câmara Municipal de Eirunepé e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao Sr. **Raimundo Nonato Cunha de Oliveira**, Presidente da Câmara Municipal de Eirunepé e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 23 e 72, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.3. **Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.3.1. Os balancetes mensais, via sistema e-Contas, da Câmara



ACÓRDÃO Nº731/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Municipal de Eirunepé, não foram encaminhados a esta Corte de Contas dentro do prazo estabelecido pela Lei Complementar nº 06/1991, artigo 15, c/c o artigo 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015;

10.3.2. Descumprimento do prazo de envio de remessas ao sistema e-Contas (GEFIS), com fulcro no artigo 63, inciso II, alínea “b” da LRF c/c o artigo 32, inciso II, alínea “h”, da Lei Estadual nº. 2423/1996 – LOTCE/AM c/c as Resoluções TCE nºs: 15/2013 e 24/2013 e artigo 18;

10.3.3. Descumprimento do prazo de publicação do RGF, com fulcro no artigo 55, § 2º da LRF c/c o artigo 51, § 2º; c/c o artigo 63, inciso III, §1º da LRF;

10.3.4. Ausência de comprovação das despesas com diárias para cobertura de despesas de alimentação, pousada e locomoção urbana concedidas aos agentes políticos e servidores, em consonância com o expresso no artigo 2º da Lei Municipal nº 004/1999-GAB.PRES.CME, de 30 de junho de 1999, afim de não comprometer, assim, a fiel liquidação das despesas em descompasso com o artigo 63, da Lei nº 4.320/1964.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Maio de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral